

----- **ATA N.º 3/2023** -----

-----Aos dezanove dias, do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e três, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Denise do Nascimento Fragona. -----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, secretariada pela Senhora Deputada Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva e pelo Senhor Deputado Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques, na qualidade de primeira e segundo secretários, respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu ao público presente, e a quem seguia a transmissão *online* desta sessão. -----

-----De seguida, deu conhecimento que a Senhora Deputada Mariana Flor Neves dos Santos informou, via correio eletrónico, datado de treze de junho de dois mil e vinte e três, com registo de entrada número quarenta e seis, que iria estar ausente no período compreendido entre os dias dezasseis e trinta de junho, tendo solicitado a sua substituição. Nesse sentido, e nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, a Senhora Deputada Ana Cristina Dias Pires. -----

-----Por fim, informou que o Senhor Deputado Tiago Alexandre Dias dos Santos Silva comunicou, via correio eletrónico, datado de catorze de junho de dois mil e vinte e três, com registo de entrada número quarenta e sete que iria estar ausente, tendo solicitado a sua substituição. Nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, o Senhor Davide Lopes Pereira. -----

-----Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros: -----

- José Miguel Neves Figueiredo; -----
- Joaquim Lopes de Abreu; -----
- Alexandra Isabel Henriques Sena; -----
- Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva; -----
- Carlos Miguel da Costa Cunha;-----
- Francisco José Pereira Marques Cabral;-----
- Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques;-----
- Flávio Manuel Granjal de Sá;-----
- Cláudia Maria Geraldes Aguiar;-----
- Isabel Maria Moura Seixo Cunha;-----
- Ana Cristina Dias Pires, em substituição da Senhora Deputada Mariana Flor Neves dos Santos;-----
- Davide Lopes Pereira, em substituição do Senhor Deputado Tiago Alexandre Dias dos Santos Silva; -----
- José Jorge Silva;-----
- Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo;-----
- António Santos; -----
- Ricardo Jorge Almeida Coelho; -----
- Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal; -----
- João Filipe Ventura de Almeida Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana;-----
- Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro; -----
- Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro;-----
- Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----
- Paulo dos Santos Cunha, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----

-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela;-----

-----Francisco Duarte Amaro Coito, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----

-----João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----

-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira;-----

-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----

-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa;-----

-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais;-----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz;-----

-----Fernando Fonseca Veiga, Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego.-----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores José Albano Pereira Marques, Teresa Ferrão Cardoso e José Alfredo de Almeida Silva.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos tratados na Comissão Permanente realizada na localidade de Aldeia da Serra, onde foram recebidos pelos elementos da Junta e por alguns munícipes. Adiantou, ainda, que a próxima reunião da Comissão Permanente será realizada na localidade de Espinheiro.-----

-----Questionados os Senhores Deputados sobre a pretensão de intervir, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Cunha** que, após cumprimentar todos os presentes, apresentou um Voto de Pesar que a seguir se reproduz integralmente:-----

-----“Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vítor Manuel Freire-----

-----No dia 10 de maio de 2023, Celorico da Beira perdeu um homem dedicado e solidário.-----

-----O Professor Vítor ou Chefe Vítor (nomes pelos quais, por todos era carinhosamente conhecido) foi um exemplo de solidariedade, um exemplo perfeito do lema que ele tanto ensinou e aplicou, o estar sempre alerta para servir.-----

-----Um homem de muitos ofícios na sua vida, foi Professor, Bombeiro Voluntário, Sócio Fundador e primeiro Presidente da Associação Lageosense de Solidariedade Social, e foi até ao dia do seu falecimento Chefe de Escuteiros do Agrupamento 1299 da Lageosa do Mondego.-----

-----Como disse Baden Powell, “Procurai deixar o mundo um pouco melhor do que aquele que encontrastes”, e sem dúvida alguma, este lema foi sempre seguido à regra pelo Professor Vítor.-----

-----O dia 10 de maio de 2023 será sempre lembrado como um dia triste para o concelho de Celorico da Beira, um dia triste para todos aqueles que passaram pela sua vida. -----

-----A Assembleia Municipal de Celorico da Beira, reunida em sessão ordinária no dia 19 de junho de 2023, aprova um voto de pesar pelo falecimento, endereçando as mais sentidas condolências à família. -----

-----Celorico da Beira, 19 de junho de 2023. -----

-----O Grupo Municipal do PPD/PSD”. -----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela**, António Joaquim Fernandes Gomes, recordou que na última sessão da Assembleia Municipal ficou um pouco impressionado com algumas declarações que foram proferidas, em que ficou a ideia que os dirigentes do PS são desonestos, não fazem obras, deixam dívidas e não sabem dirigir o País. Tentaram passar a imagem de que estão perante um Super Presidente da Câmara que tudo faz e tudo paga. Na verdade, o Senhor Presidente fez obras em Celorico da Beira e na Lageosa do Mondego, parecendo que não há mais aldeias no Concelho. Disse, também, que foi dito que já criaram muitos postos de trabalho, no entanto não sabe onde, só se for na Câmara Municipal.-----

-----Referindo-se às Piscinas Municipais, onde têm gasto milhares de euros, questionou se no futuro não será necessária a manutenção ou se agora vai dar lucro. Ainda, a propósito das Piscinas, disse que aquando da sua inauguração gostou de ouvir o Senhor Secretário de Estado dizer que se não fossem as candidaturas aprovadas pelo Governo Socialista, o Senhor Presidente da Câmara não faria obras, porque o dinheiro ia todo para funcionários e festas. Aliás, a maior parte das obras deste Concelho foram apoiadas e executadas por Executivos Socialistas.-----

-----Relativamente à sua Freguesia, no último mandato do Executivo Socialista, foram investidos em obras cerca de trezentos mil euros em alcatroamento de estradas, ruas, recuperação de fornos comunitários,

arruamentos com paralelos, trilhos, etc. O atual Executivo em seis anos investiu à volta de dez mil euros em obras. De seguida, leu um ofício que enviou à Câmara em julho de dois mil e vinte e que a seguir se transcreve: -

-----“A Junta de Freguesia vem por este meio, e de acordo com a intenção já manifestada, dar conhecimento a V. Ex.^a das obras que a Junta gostaria de realizar, solicitando apoio para as mesmas. Trata-se de obras mais dispendiosas que esta Junta sem o vosso apoio não as conseguirá executar e que são as seguintes: alcatroamento da rua junto ao cabeço do calvário na Mesquitela; apoio técnico para a intervenção junto à ponte romana na Mesquitela; calcetamento ou alcatroamento do caminho da capela de S. João na Mesquitela; recuperação do referido muro; candidatura a um percurso rota dos moinhos em Mesquitela e Vale da Ribeira; calcetamento da rua dos tanques em Mogadouro; alcatroamento da rua do Calvário em Carvalheda e depois requalificação do espaço público na mesma localidade, não esquecendo a escola primária que é da competência da Câmara; requalificação da zona envolvente da ribeira em Vale da Ribeira. Solicita-se ainda o agendamento de uma reunião entre o Executivo da Junta e o Executivo da Câmara para tratar dos referidos trabalhos. Agradecemos desde já a Vossa disponibilidade para nos auxiliarem.” -----

-----Nesse seguimento, pediu apoio técnico para a construção de umas casas de banho públicas na Mesquitela. -----

-----Ainda, relativamente ao ofício, continuou dizendo que no início do mês de abril do corrente ano, terá solicitado uma reunião com o Executivo e até ao momento não obteve resposta. Uma outra questão é relativa à parede da Ponte Romana na Mesquitela que está em risco de ruína, assim como, a Escola Primária da Carvalheda que está sem telhado, e, também, a derrocada de um muro que está em estrada de alcatrão no Vale da Ribeira já quase há um ano, onde os rodados dos carros passam a trinta centímetros da mesma, e a resposta é que não há pessoal nem dinheiro. A Junta gastou mil e seiscentos euros a cortar a erva das bermas das

estradas fora das localidades, que o Senhor Presidente prometeu limpar, mas não limpou. De forma resumida, disse que irão continuar serenamente à espera da reunião e dos apoios. -----

-----Por fim e em forma de alerta disse que o Executivo ainda está a tempo de reparar as falhas e olhar para todo o Concelho por igual. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por manifestar a sua solidariedade com o voto de pesar pelo falecimento do Senhor Professor Vítor Freire, que foi seu colega de escola, um amigo de há muitos anos, uma Pessoa ao serviço da comunidade, sobretudo nos últimos anos em que dedicava a maior parte da sua vida no acompanhamento aos jovens. -----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela disse que, por vezes, por razões diversas nem sempre é possível dar resposta a todas as solicitações. Porém, o Executivo olha para o território de uma forma uniforme e não numa perspetiva diferenciadora e discriminatória. No entanto, concorda que a maior parte do investimento é realizado na sede do Concelho, mas essa é uma realidade de sempre por razões diversas, pois é onde se centraliza a maior parte das instituições e onde reside a maioria dos munícipes. Obviamente que discorda com a afirmação de que só olham para Celorico da Beira e para a Lageosa do Mondego, até porque a obra de maior envergadura que, neste momento, está a decorrer e em vias de ser concluída, é uma candidatura da responsabilidade da Junta de Freguesia da Lageosa. Também é certo que todas as freguesias reivindicam alguns trabalhos que não estão executados, mas na verdade é uma tarefa contínua, interminável, porque como já disse, as solicitações são muitas e os meios financeiros são limitados, assim como os recursos humanos são cada vez mais exíguos. Não são só os recursos humanos da Câmara Municipal, que percorrem todo o território nas várias funções que desenvolvem e que são fundamentais para manter o essencial, dentro de uma razoabilidade que se pretende ao nível do Concelho, mas

também os recursos humanos em termos gerais. Acrescentou que, já aconteceu, muitas vezes, terem de solicitar empresas privadas para a realização de determinados serviços e, inclusivamente, já contactaram uma empresa para intervencionar a escola primária da Carvalheda. No que respeita a limpeza das bermas é um problema de muitos locais e nas últimas semanas a chuva também impediu que o trabalho fosse efetuado. Ainda não conseguiram alcançar todos os lugares, porque os recursos são limitados, mas é intenção fazê-lo porque é da obrigação do Município. Disse que já verificou que há freguesias que fazem o trabalho no próprio perímetro urbano da freguesia, fazendo uma limpeza que acaba por ser contínua até à própria extremidade da aldeia, outras freguesias não o fazem, porque provavelmente não têm a mesma capacidade de resposta. Com o Executivo PSD, todos os anos têm sido disponibilizadas verbas às Juntas de Freguesia para procederem a essa limpeza, que no seu entender é suficiente para efetuarem essa intervenção nas respetivas áreas. Contudo, também, compreende que há muitas Juntas de Freguesia que têm dificuldade em conseguir recursos humanos disponíveis para fazerem esse trabalho. -----

-----No que concerne aos custos de manutenção das Piscinas Municipais lamenta e não entende a afirmação proferida pelo Senhor Presidente da Junta, porque há algum tempo atrás o Executivo era questionado sobre o porquê de não abrirem. Embora convicto dos gastos, entende que a cultura e o desporto são atividades essenciais para o grau de desenvolvimento de uma determinada comunidade. Acrescentou que se congratula pelo facto de, no momento, o torneio mais prestigiado a nível nacional, o torneio juvenil de futebol, estar a decorrer, também, em Celorico da Beira. Foram selecionados cinco municípios onde há o acompanhamento dos pais e familiares dos jovens durante uma semana, considerando esse um aspeto positivo que traz algum custo, mas muito mais retorno. -----

-----Referindo-se novamente à Piscina, disse que acarreta alguma despesa, porque é um serviço social que devem prestar e não foram

abertas para dar lucro. Procuram fazer a melhor gestão com os menores custos, com uma oferta que deve ser boa para todos, tanto a nível da piscina como do ginásio, assim como a sala multiusos para a ginástica e para a dança. Se querem que as pessoas tenham qualidade de vida e que se fixem no Concelho, tem de haver respostas com os custos associados ao desenvolvimento e ao progresso. -----

-----Quanto à criação de postos de trabalho, adiantou que a vontade do Executivo era criar ainda mais. Lembra-se do tempo em que se comentava que havia excesso de população, atualmente, estão no ponto contrário, em que há a necessidade de aumentar a natalidade. Vivem em territórios de baixa densidade populacional, havendo algum fluxo de pessoas que vêm dos grandes centros urbanos e muitos do estrangeiro, que são bem-vindos e importantes para ir equilibrando e povoando estes territórios. Os postos de trabalho inexistentes foram um dos motivos essenciais que levou à desertificação, situação que é transversal a todo o interior, mas que também já acontece na faixa costeira à beira-mar. Por tal, a verdade é que estão perante um País envelhecido, dentro de uma Europa igualmente envelhecida, problema para o qual gostaria de ter resposta, embora vão trabalhando e tentando, dentro das possibilidades existentes. Face ao exposto, comunicou que a intervenção na Zona Industrial da A25 já está em fase terminal, um espaço muito bem situado, com boas acessibilidades, no entanto, era impróprio para intervenção se não tivesse sido realizada uma terraplanagem e, felizmente, conseguiram um apoio através de uma candidatura da CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que é um poder intermédio do Estado, que tem na retaguarda o PS. Na sua opinião, desde alguns anos que o interior não é discriminado positivamente, caso o fosse haveria redução ou isenção de benefícios fiscais, diminuição das portagens e outras medidas que poderiam contribuir para a sediação de muitas empresas. Infelizmente mantém-se a lógica de uma desigualdade negativa, porque é nos grandes centros que vive a maior parte da população e, dessa forma, não têm a mesma resposta

desses municípios. Por essa razão, há a necessidade de todos trabalharem em conjunto, com o objetivo de criar condições para que as pessoas permaneçam no Concelho e outras possam regressar. Ainda a propósito, informou que já está implantada uma empresa na Zona Industrial A25, com abertura, provável, para o mês de setembro do corrente ano. A Câmara tem sido contactada por algumas empresas que pretendem investir e criar postos de trabalho em Celorico da Beira. -----

-----Continuou dizendo que ainda bem que o Governo responde às solicitações e necessidades do Município e que o anterior Secretário de Estado, Dr. Jorge Botelho, o antigo responsável da tutela dos contratos-programa para os municípios, atribuiu aproximadamente cinquenta por cento da verba gasta na obra das Piscinas, porque sem essa ajuda teriam muito mais dificuldade em realizar esse trabalho.-----

-----Relativamente aos apoios para a Freguesia da Mesquitela, recordou que não foram só dez mil euros que a Câmara atribuiu, porque os muros que caíram na Mesquitela foram as máquinas e os recursos humanos do Município que os levantaram. Existe, também, uma verba que todos os anos têm atribuído às Freguesias, assim como todo um conjunto de intervenções permanentes. Assim como, quando há fugas de água, têm ido frequentemente à Mesquitela, não por comunicação da Junta de Freguesia, mas sim, na maior parte dos casos, por alertas de particulares. Contudo, seja quem for que faça a participação a Câmara tenta dar resposta aos problemas que vão surgindo. -----

-----Acerca da reunião solicitada em abril, disse que não é por má vontade, nunca fecharam as portas a ninguém, há alturas em que é difícil, atendendo a que, também, têm outras responsabilidades que por vezes não permitem que essas reuniões sejam agendadas no imediato. Obviamente que a Câmara trabalha em equipa, há várias pessoas que têm diversas tarefas e que lhes é delegado o poder de ir executando o trabalho por todo o Concelho, só que nem sempre conseguem. -----

-----Por fim, congratulou-se pelas diversas atividades que se vão desenvolvendo nas Piscinas Municipais e, sobretudo, pelo excelente trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Desporto, bem como, por toda a equipa que lá trabalha e pelos utentes que frequentam aquele espaço, sejam eles do Concelho ou não. Sendo certo que a partir de setembro, quando iniciarem as aulas de natação para as crianças, o número de frequentadores irá aumentar. Assim como fica agradado pela forma como funciona o Canil Municipal e pelo desempenho dos trabalhadores. Portanto, considera que são passos que foram dados em frente, no entanto, também, está muito insatisfeito, porque ainda há muito por fazer.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** de seguida colocou à votação o Voto de Pesar apresentado pela Bancada do PPD/PSD, de acordo com o disposto no n.º 5, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS**-----

-----Foi presente a ata número dois, referente à sessão ordinária do dia vinte e oito, do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e três, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura e não havendo alterações a efetuar, foi a mesma aprovada, por maioria, com duas abstenções, por não terem estado presentes na mencionada sessão.**-----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento que a correspondência recebida foi reencaminhada para os Senhores Deputados e por esse motivo não houve expediente para ser presente a esta sessão. -----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por agradecer o trabalho atualmente desempenhado pelo Sporting Clube Celoricense tanto na hospitalidade, como no empenho do bem receber de todos aqueles que vieram dos vários pontos do Continente e Ilhas, para participar no torneio que está a decorrer no Estádio Municipal. -----

-----Relativamente à situação financeira do Município disse que é do conhecimento geral que tem havido uma evolução muito positiva desde há uns tempos a esta parte. A datar do último balanço, a trinta e um de maio do presente ano, na situação do Município verifica-se segurança, a execução orçamental da receita situa-se a quarenta por cento e a despesa nos vinte e cinco por cento, sendo que, ainda falta iniciar a execução de alguns projetos previstos para o presente ano. Ao nível da dívida total reduziu três por cento, situando-se nos nove milhões, oitocentos e setenta e três mil euros. A tesouraria dispõe de um saldo de cerca de dois milhões e meio de euros e cerca de dois milhões de fundos disponíveis. Estes saldos deverão ser aplicados nos projetos que esperam executar no curto prazo. -----

-----Posteriormente deu conhecimento de vários procedimentos do Gabinete de Candidaturas que estão em execução, entre eles o Procedimento Pré-Contratual de Serviços de Silvicultura Preventiva na Faixa de Gestão de Combustível na Envolvente à área Edificada do Condomínio de Aldeia de Rapa, Lageosa do Mondego e Espinheiro. -----

-----De seguida, passou a palavra à Senhora Vereadora, Teresa Cardoso, para prestar alguns esclarecimentos relativamente ao procedimento referido.-----

-----A Senhora **Vereadora Teresa Cardoso** esclareceu que esta foi uma candidatura inicial e no momento estão a avançar já com uma segunda. Disse que, as três aldeias supracitadas foram as consideradas atendendo aos critérios que determinavam um certo número de requisitos, nomeadamente, a taxa de ocupação em termos florestais, na faixa de ocupação à volta das aldeias que tinham que cumprir uma determinada percentagem e estas eram as únicas que conseguiam cumprir. Neste momento, face às inúmeras solicitações, por parte dos municípios, que fizeram chegar à CCDRC, já conseguiram ampliar os critérios de forma a contemplar o maior número de aldeias. Nessa sequência, estão agora a avançar para uma segunda candidatura, onde já têm um conjunto de aldeias que cumprem os requisitos. -----

-----O Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** começou por agradecer ao Senhor Presidente da Junta da Mesquitela a sua intervenção que foi em defesa da honra dos vários autarcas do PS. Naturalmente que se trata de uma defesa que subscreve, assim como todas as observações e intervenções que fez relativamente à atividade do Município e às necessidades da Freguesia que preside.-----

-----Relativamente à informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, relacionada com a atividade e situação financeira do Município, fez menção ao relatório do Gabinete Médico Veterinário Municipal por lhe

ter despertado a atenção para a falta de qualquer referência à recolha, captura e encaminhamento de animais errantes, diferentemente do que sucedia em todos os relatórios anteriores. Ou seja, antes da abertura do Canil Municipal tinham sempre essa informação, a partir do momento em que o Canil Municipal foi inaugurado, essa informação não consta desses relatórios. Não sabe se isso significa que não há animais errantes em Celorico da Beira ou se apenas se trata de uma falta de informação que gostaria de ver esclarecida. Mais disse que há sensivelmente um ano, num desses relatórios, houve a informação que tinha existido recolha e captura de animais errantes e reencaminhamento para os canis municipais limítrofes. Na altura, questionou o local para onde estavam a ser encaminhados esses animais e o Senhor Presidente referiu os Municípios da Guarda e da Mêda. Tal como teve oportunidade de salientar, em reunião de Assembleia subsequente, foram questionados formalmente esses Municípios, ao que ambos responderam que os animais não estavam a ser reencaminhados para esses mesmos Municípios. Nessa sequência, questionou o Senhor Presidente do destino dos mesmos e não obteve resposta. Referiu, ainda, que recentemente teve uma informação não oficial e cuja veracidade desconhece, sobre um processo de investigação em curso relativo ao abate de animais errantes, que foram capturados no Município e que se processou fora das condições legalmente exigidas, tendo inclusive sido encontrados alguns animais enterrados num terreno próximo do Estádio Municipal, tendo-se procedido à sua exumação e posterior reencaminhamento para análise. Nesse sentido, pretendeu saber se o Senhor Presidente tem alguma informação sobre este potencial processo de investigação e se pode transmitir algumas informações adicionais sobre o mesmo.-----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que, relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela, sobre a defesa da honra dos autarcas do PS,

obviamente, que não foi da sua boca que foram feitas essas acusações. Nem tudo é assim tão linear, não foi dessa forma que as palavras foram expressas. -----

-----Em relação ao Gabinete Médico Veterinário Municipal referiu que houve uma descentralização de tarefas, estão a decorrer algumas campanhas que são importantes em complementaridade com a recolha de alguns animais. Este é um processo que ainda não está completamente concluído e com alguma complexidade, havendo, provavelmente, necessidade de reforçar o número de recursos humanos para o espaço do Canil Municipal.-----

-----Quanto à questão colocada sobre o processo de investigação, confirmou que, há uns meses, foram contactados pela Policia Judiciária no sentido de saber se tinham conhecimento de uns animais que tinham sido enterrados. Houve uma averiguação e, de facto, foram descobertos alguns animais em sacos pretos de plástico, num espaço que é da Câmara Municipal, no entanto, estavam mortos e na berma da estrada e os sacos eram da GNR, pois tudo foi feito em conjugação com as Autoridades. -----

-----No que concerne à recolha de animais, antes da abertura do Canil Municipal, disse que todo esse trabalho era da responsabilidade do Gabinete Médico Veterinário Municipal, que tanto quanto sabe alguns animais tinham sido transportados para a Mêda, com quem numa determinada altura houve um entendimento, contudo, não sabe se de forma formal ou informal. Por fim, reforçou que essa é, precisamente, uma responsabilidade dos responsáveis desse Gabinete. -----

-----**4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S 2023**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2023, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se

integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Esteve presente nesta Sessão, o Técnico responsável pela Secção de Contabilidade, José Tavares.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que começou por referir que esta Revisão vem na sequência da necessidade de reforçar algumas rubricas, por força de algumas candidaturas e de todo um trabalho que tem sido feito no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, contemplando o Projeto 1º Direito e outros desafios que têm surgido a vários níveis. Assim sendo, esta revisão enquadra algumas receitas que entretanto surgiram com algumas despesas. -----

-----De seguida, passou a palavra ao Técnico José Tavares, para uma explicação mais técnica e detalhada sobre o assunto. -----

-----O Técnico começou por dizer que a revisão agora apresentada tem como objetivo principal integrar no PPI do Orçamento de dois mil e vinte e três dois novos projetos cofinanciados, que aguardam aprovação. Um é relativo ao “Programa Arrendamento Acessível” do IHRU – Instituto da Habitação e Recuperação Urbana, que é feito em parceria com a CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela e que prevê um investimento financiado a cem por cento, de cerca de dois milhões de euros até dois mil e vinte e seis. O outro é relativo ao projeto “Transformar Turismo: Dar a volta à Curva”, que é feito em parceria com o Instituto de Turismo de Portugal, que prevê diversas intervenções na área do turismo, sobretudo a intervenção na Torre do Relógio, Castelo e outros locais, com um investimento em cerca de meio milhão de euros até dois mil e vinte e cinco, com financiamento à volta de setenta e dois por cento. A Candidatura ainda não foi aprovada, mas uma das exigências para que o Município se

pudesse candidatar, era que o projeto estivesse previsto em orçamento. Isto implica um aumento de cerca de cento e sessenta mil euros no valor global do orçamento de dois mil e vinte e três. -----

-----De seguida, disse que se aproveitou, igualmente, para se fazerem alguns ajustes menores noutras rubricas, tanto da receita como da despesa. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do ano 2023.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA COM A AVT - CESSÃO DE CRÉDITOS**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocado à apreciação e aprovação deste Órgão o Acordo identificado em epígrafe, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Relativamente a este ponto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que tinham uma dívida com as Águas do Vale do Tejo que ficou fora do processo de saneamento financeiro. No entanto, houve alguns contratemplos que abrangeram os Municípios de Celorico da Beira e de São Brás de Alportel, que iam ser financiados pelo BEI – Banco Europeu de Investimento e houve necessidade de reformular a legislação. Neste momento, o processo está a ser regularizado para o pagamento de uma dívida que em tempos ficou para trás e que rondava meio milhão de euros. -

-----De seguida, passou a palavra ao Técnico para uma explicação mais técnica e detalhada sobre o assunto.-----

-----O Técnico, sobre este processo, esclareceu que é uma dívida que remonta ao ano de dois mil e dezassete e que não pôde ser incluída no saneamento financeiro, por ter sido contraída após a aprovação do mesmo. O Acordo de Regularização de Dívida (ARD), celebrado com as Águas do Vale do Tejo S.A. (AVT), prevê o pagamento da dívida em vinte e cinco anos, caso haja a possibilidade de cedência dos créditos ao BEI, caso contrário a dívida teria que ser paga em cinco anos. Neste momento, dada a situação financeira do Município, que já não está em excesso de endividamento, o processo tornou-se mais fácil, sendo que já têm autorização do BEI para fazer a cessão de créditos. No âmbito desse procedimento foram remetidos diversos documentos ao Município que têm de ser aprovados segundo as exigências do BEI, ou seja, têm de ser aprovados em Assembleia Municipal. Salientou, ainda, que era intenção do BEI concluir a cessão de créditos a 15/06/2023, sendo que para tal a AVT solicitava a aprovação da documentação a 30/05/2023. Contudo, tendo em consideração a data de receção do ofício da AVT, não era possível cumprir com a data estipulada, dado os prazos previstos nos regimentos dos Órgãos. Assim, foi solicitado à AVT e ao BEI, uma prorrogação do prazo para a cessão de créditos, já que a mesma pode ser concluída até 07/10/2023.-----

-----Deu, ainda, conhecimento que o BEI lhe comunicou a possibilidade de o Município aderir a uma taxa revisível ligeiramente inferior, que consiste numa taxa fixa da cessão de créditos, durante cinco anos e que poderá ser revista pelo mesmo período ou que poderá ser válida durante o período do acordo. Após contacto com a jurista do BEI foi-lhe comunicado que as minutas que estão presentes para aprovação não sofrem qualquer alteração. Nesse sentido, sugeriu que na deliberação da Assembleia Municipal apenas conste a possibilidade de o Município aderir a essa taxa revisível.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** comunicou que este foi o ponto que fez antecipar a marcação desta Assembleia Municipal, sendo que se costuma fazer de forma a abranger o maior número de assuntos.-----

-----Em relação ao documento, disse que o que vai para votação é apenas o conteúdo que está presente sem alteração, porque, salvo melhor opinião, qualquer alteração que tenha de se efetuar tem sempre de ser aprovada em reunião de Câmara, para posteriormente ser presente à Assembleia Municipal.-----

-----De Seguida, o Técnico acrescentou em forma de esclarecimento que o BEI o informou que não há necessidade de fazer qualquer alteração à estrutura do acordo, mas apenas prever a possibilidade de uma modalidade de taxa que poderá ser utilizada ou não. A jurista do BEI disse que não havia necessidade de se alterar a documentação, poderiam na deliberação prever essa possibilidade, se assim a Mesa o entender, o que facilitaria muito o processo.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** reforçou que o que vai a votação é o texto que está presente para deliberação sem alteração. Não tem competência para alterar ou acrescentar o que quer que seja ao texto, portanto essa situação só será deliberada se houver uma proposta da Câmara, que seja levada posteriormente para apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta ao Contrato de Abertura de conta e Constituição de Depósito Caução; Minuta de Contrato de penhor; Minuta de notificação à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E e Minuta da notificação a efetuar pela AVT ao**

Município e respetivos anexos, para a formalização da cessão de créditos ao Banco Europeu de Investimento. -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LEASING FINANCEIRO PARA UMA VIATURA 100% ELÉTRICA RENAULT KANGOO E TECH ELETRIC - AUTORIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO E ACEITAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão, o pedido de autorização da contratualização do processo de *Leasing* para a aquisição de viatura elétrica identificada em epígrafe, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Sobre o assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que é um serviço de *Leasing* financeiro para aquisição de uma viatura cem por cento elétrica. Foi feita uma consulta a instituições financeiras, no sentido de saberem qual a melhor proposta para financiar cinquenta por cento, que é o montante que a Câmara tem de custear. Houve apenas uma única proposta da Caixa Geral de Depósitos que tem de ser aprovada pela Assembleia Municipal, para dar sequência ao processo de financiamento. --

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, o pedido de autorização da despesa associada ao procedimento constante no projeto de decisão da informação nº 18283, nos termos do nº5 do art.º 49º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.**-----

-----**Mais deliberou autorizar a assunção dos compromissos plurianuais afetos ao contrato de *Leasing*, nos termos da alínea c) do**

nº 6 da Lei nº 50/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação e da alínea b) do nº 1 do art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade. -----

-----**7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA NA ENERAREA - AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO INTERIOR, PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO, POR LOTES, DE ENERGIA ELÉTRICA DE MEDIA TENSÃO (MT), BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE), BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) E ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP), ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS INERENTES AO CONTRATO**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão, o pedido de autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato identificado em epígrafe, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Sobre este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** passou a palavra ao Senhor Vereador José Alfredo.-----

-----O Senhor **Vereador José Alfredo** esclareceu que dado que alguns contratos do fornecimento de energia estão a terminar e é de todo o interesse do Município encontrar preços mais reduzidos, há a necessidade de se fazer uma consulta ao mercado. Este não é apenas um interesse do Município, mas também de outros municípios que são associados da

ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior e, como tal, solicitaram a esta Agência para que fizesse um procedimento conjunto de todos os municípios com as vantagens que advém. Portanto, em vez de cada município estar a fazer o procedimento isoladamente, é feito apenas um procedimento para todos os municípios que têm esse interesse e para tal houve a necessidade de delegar nesta Agência as competências para todos os atos, bem como elaborar um protocolo de um agrupamento de todos os municípios interessados. Portanto, a razão é a autorização dos compromissos plurianuais, dado que o valor em causa vai ser repartido pelos anos de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, no montante aproximado de duzentos e sessenta e seis mil euros, sendo que já está cabimentado para o presente ano aproximadamente oitenta e um mil euros. No entanto, os valores apresentados são baseados em estimativas, porque o encargo para dois mil e vinte e três está sempre condicionado à data da assinatura do contrato. Foi feita uma previsão de cerca de quatro meses e dado que os compromissos afetos a este procedimento são plurianuais, requerem a aprovação desta Assembleia. ----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** pretendeu ser esclarecido, pois uma vez que a base para esta proposta é a redução de custos, não consta na informação qual o custo estimado que se prevê poupar. Não obstante a volatilidade dos preços e de ainda não ser previsível qual o preço final, se o fundamento é uma redução de custos, crê que deve haver uma estimativa de quais os custos que se pretendem poupar através da adoção desta solução. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que o objetivo é tentar encontrar os custos mais baixos e daí o processo ser em conjunto com outros municípios. A ENERAREA é quem tem essa incumbência de agregar um conjunto de municípios, sendo que, a maioria deles fazem parte da CIMBSE, pretendendo-se reduzir os custos. -----

-----De seguida passou a palavra ao Técnico José Tavares. -----

-----Relativamente a este assunto, o Técnico esclareceu que a poupança efetiva terá por base os KW's que sejam consumidos pelos equipamentos municipais. Nesse sentido, foi feito um levantamento dos edifícios municipais, fez-se uma estimativa do consumo em termos de KW's com base no histórico e uma estimativa de alguns edifícios que estão agora a entrar em funcionamento. Para a iluminação pública, o procedimento foi o mesmo e, efetivamente, a poupança que se espera ter, só se saberá depois de serem apresentadas as propostas, porque o valor que foi estimado para este procedimento, cerca de duzentos e sessenta e quatro mil euros, tem por base o valor do mercado regulado à data atual e espera-se que as propostas que sejam apresentadas venham abaixo desse valor de custo por KW. Efetivamente, esperam que haja uma poupança, porque atualmente o Município está a suportar os preços do mercado regulado e a base é pagar menos. Isto é um concurso público e vão aguardar qual vai ser a redução efetiva em relação ao valor base. Adiantou que, no anterior procedimento de eletricidade para a Baixa Tensão Especial, houve uma redução acentuada em relação ao que era o valor base, que era cerca de cento e cinquenta mil euros e houve uma proposta de cem mil euros para um ano. Assim sendo, esperam que neste procedimento tenham reduções da mesma ordem.-----

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, o pedido de autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao(s) contrato(s) a celebrar, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, compromissos plurianuais esses a autorizar no valor anual de 264 778,13€ para o Lote 1, mais IVA.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade. -----

-----**8. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA NOMEAÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3º GRAU**-----

-----Sobre o assunto, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão, a proposta em título, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (6), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que na sequência do novo organograma da Câmara Municipal, em termos de recursos humanos, de serviço e de chefias e, também, na sequência da criação de três estruturas a que correspondem três chefes de divisão, existe, igualmente, a necessidade de organizar e dar mais eficácia a todo o trabalho. Nesse sentido, criaram-se cinco postos de chefias de 3º grau, que ficam sob a alçada dos chefes de divisão. Estes postos poderão ser preenchidos quando considerarem adequado e conveniente e para isso tem de se nomear um júri que depois faça o trabalho de seleção.-----

-----**De acordo com o nº1 do artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Júri para os Procedimentos Concursais para provimento, em regime de comissão de serviço, de cargos de direção intermédia de 3º grau, proposto pela Câmara Municipal.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade. -----

-----9. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI Nº 93/2021, DE 9 DE NOVEMBRO** -----

-----Sobre o assunto, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a proposta em título, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (7), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que, tendo em conta o risco agravado de degradação do estado de saúde e o provável aumento de ocorrência de lesão, na carreira de assistentes operacionais, e após o parecer dos representantes dos trabalhadores, o Município decidiu entre as três categorias existentes, atribuir duas, ou seja, o nível alto de penosidade e insalubridade com um valor de 4,99€ aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional, que desempenhem funções nas áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, saneamento, procedimento de inumações, exumações, trasladações, cremação, abertura, aterro e arranjo de sepulturas. O nível médio com um valor de 4,09€ aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional, que desempenhem funções nas áreas de higiene urbana e asfaltamento de rodovias. Portanto, mantém-se o que estava anteriormente em vigor, alargando-se também aos trabalhadores das obras. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, bem como a alteração ao Mapa de Pessoal para 2023.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**10. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR** -----

-----Sobre o assunto, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a Proposta identificada em epígrafe, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (8), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** passou a palavra ao Senhor Vereador José Alfredo. -----

-----Sobre o assunto, o Senhor **Vereador José Alfredo** referiu que o regulamento vigente tinha algumas imprecisões, o que dificultava o trabalho do Gabinete de Educação. No momento, o que se pretende é fazer uma atualização do regulamento em vigor com o objetivo de clarificar e tornar mais justo o valor da bolsa a atribuir aos candidatos às bolsas de estudo. Dessa forma, fica definido que o valor da bolsa será sempre deliberado em reunião de Executivo, bem como, o número de prestações mensais que iniciam em outubro e terminam em julho, num total de dez prestações. Assim como, também, fica claro que não haverá lugar a renovação de bolsa, ou seja, todos os interessados à bolsa de estudo para o ensino superior devem fazê-lo anualmente, porque se verificou que, em anos anteriores, candidatos mais carenciados não tinham direito à bolsa, uma vez que havia lugar à renovação. Assim, procurando ser o mais justo possível, todos os anos, todas as candidaturas são avaliadas de igual forma. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** fez uma declaração que a seguir se transcreve:-----

-----“Um dos objetivos a que me propus, enquanto candidata à Assembleia Municipal, foi trazer para a ordem do dia a discussão sobre o papel da Assembleia Municipal, esclarecendo nos debates políticos qual a sua função e importância – e para quem não sabe, ou para quem sabe, mas para que nunca esqueçamos, decidi hoje trazer uma reflexão.-----

-----A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do Município, com previsão constitucional, sendo um dos pilares da democracia local, esta que é o garante de valores democráticos e de cidadania e um fator de promoção do progresso e desenvolvimento – quem melhor do que o poder local na prossecução do interesse público e do bem-estar das populações?

-----A Assembleia Municipal é também o órgão responsável por fiscalizar a atividade da Câmara Municipal em todos os seus domínios, sendo, por isso, a Câmara Municipal politicamente responsável perante a Assembleia Municipal. -----

-----Às vezes, por falta de formação cívica para a prática democrática, outras vezes, por falta de informação ou por qualquer outra motivação de alheamento político, a verdade é que é relativamente comum verificar-se a existência de situações em que se confundem os papéis desempenhados por estes dois órgãos municipais: a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. -----

-----O papel da Assembleia Municipal deve ser devidamente valorizado e dignificado, por forma a que se garanta uma efetiva autonomia face às Câmaras Municipais.-----

-----A Assembleia Municipal é constituída por membros eleitos (deputados municipais) e por membros por inerência (presidentes de junta de freguesia) e é representada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, eleito entre os seus pares na Assembleia – aqui duplamente

legitimado. E por isso, a Assembleia Municipal é o expoente máximo de representatividade do povo e da sua vontade. Enquanto que a Câmara Municipal é liderada pelo primeiro cidadão da lista mais votada para a Câmara Municipal, na Assembleia Municipal pode ser ou não, consoante seja essa ou não a escolha dos seus pares. -----

-----De entre as competências do Presidente da Assembleia Municipal elencadas na lei, está a competência de representação da Assembleia Municipal, estando-lhe reservado o direito de participar nos eventos oficiais do Município, em que se deve “assegurar a presença de titulares dos vários órgãos do âmbito correspondente à entidade organizadora” – não se tratando, como é óbvio, de nenhum tipo de cortesia, mas de um direito, do qual não se pode, nem se deve nunca abdicar – mesmo que isso implique a representação da Assembleia Municipal, por delegação, legal e regimental, até porque o cargo de Presidente da Assembleia Municipal não é um cargo pessoal.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal é, por inerência, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e a este compete a sua representação – o que pode delegar, no seu impedimento.-----

-----O que não pode é o órgão ficar sem representatividade, sob pena de o poder local se apresentar manco.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal é o representante dos eleitores, mas e também o representante dos Deputados Municipais, vistam eles cores partidárias diferentes! Representa a Assembleia Municipal e os seus membros, representa o órgão, independentemente da pessoa! -----

-----Muito me orgulha e dignifica ser esta Presidente de Assembleia Municipal, quer se queira ou não, quer se goste ou não, que representa a Assembleia Municipal de Celorico da Beira, os seus pares, hoje e sempre!--

-----Obrigada.” -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram dezasseis horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.

----- A Presidente da Mesa -----

----- A Primeira Secretária -----

----- O Segundo Secretário -----
